

3ª REUNIÃO GRUPO DA TERRA

Na data do dia 02/07/2024, em Brasília/DF, no Centro de Estudo Sindical Rural/Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Cesir/Contag), ocorreu a **3ª Reunião do Grupo da Terra**.

O objetivo do encontro foi acolher novas pessoas e organizações participantes a partir de um resgate histórico do Grupo da Terra e da Política de Saúde das Populações do Campo, Floresta e Águas. Além disso, objetivou-se discutir propostas para um modelo de atenção à saúde dessas pessoas.

A abertura da reunião aconteceu em formato de roda de conversa, que foi composta pela **Sra. Judite da Rocha**, do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o **Sr. Gislei Knierim**, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), a **Sra. Maria do Socorro Souza** (Fiocruz) e a **Sra. Katia Souto**, do Ministério da Saúde (MS), além dos demais participantes. A **Sra. Elionice Conceição (**Associação Nacional das Pescadoras - ANP**)**, mediadora da discussão, convidou as **Senhoras Maria Leonia,** do Movimento da Mulher Trabalhadora Rural no Nordeste (MMTR/NE) e **Célia Regina Nunes das Neves** da Comissão Nacional para o Fortalecimento das Reservas Extrativistas e dos Povos Extrativistas Costeiros Marinhos(CONFREM)**,** para a mistica de abertura. A **Sra**. **Maria Leona** pediu que todos ficassem de pé e formassem uma roda. Em seguida, frisou a importância de cuidar do sagrado e que todos somos mais do que estaremos vivos, no aqui e no agora, que é importante a conexão com a natureza e ser natureza. Enquanto a **Sra. Maria Izabel da Silva,** do Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Campo (MTC) benzeu os participantes enquanto os demais recitaram uma canção: "*Ouviu-se um grito que vem do chão, dos oprimidos em oração [...]". Na sequência, fizeram movimentos para frente, para trás e para os lados, dizendo "Eu te acolho, eu te respeito e eu te dou espaço*".

A **Sra. Elionice Conceição** passou a palavra para a **Sra. Edjane** (Contag), que saudou os presentes e alegou estar se sentindo privilegiada por participar da sessão da mística e relembrar os ancestrais. Ressaltou a importância do Grupo da Terra, apontando a felicidade da Contag em receber esse grupo e a relevância desse espaço para suas vidas, já que ela também advém da agricultura familiar. Ao final de sua fala, convidou as pessoas a conhecerem o espaço da Contag e apresentou também os membros da Confederação presentes na reunião, o **Sr. Antônio Lacerda**, o **Sr. Junior** e a **Sra. Camila.**

Seguido a isso, o **Sr. Luiz Eduardo**, do Ministério da Saúde (MS), comentou sobre o Seminário Saúde Sem Racismo, que ocorreu no mês de junho e reuniu sessenta movimentos sociais para debater sobre como o racismo impacta o processo saúde-doença. Por fim, agradeceu o Grupo da Terra pelo convite. Na sequência, a **Sra. Marizelha Lopes** (Associação Nacional das Pescadoras - ANP) falou da importância da discussão para uma reparação histórica para com a população preta. Elogiou a diversidade do Seminário Saúde Sem Racismo, que conseguiu articular diferentes movimentos sociais. Alertou que a reivindicação dos presentes era de não

precisarem mais debater, e sim se ocuparem com o modo pelo qual as medidas irão, efetivamente, chegar na população (favelas, comunidades). Reafirmou que o direito à saúde é uma reparação para a população negra, pois historicamente tal direito foi negado, o que ficou evidente na pandemia. Ainda, afirmou que os governantes estão cientes dos locais que possuem ausência de políticas públicas e que a população negra está à margem. Frisou, por fim, que o Grupo da Terra pode colocar isso em pauta para que essa questão seja resolvida.

RESGATE DO PROCESSO HISTÓRICO DO GRUPO DA TERRA

Em seguida, a **Sra. Elionice Conceição** explicou como se daria a dinâmica do Grupo na parte da tarde. Ademais, alegou ser necessário conversar e sistematizar a história do Grupo da Terra para que ocorra um empoderamento e que estejam efetivamente na política. Lembrou, ainda, que em 2 de julho é comemorada a Independência do Brasil na Bahia e que a história oficial inviabilizou histórias como a de Maria Felipa para a luta de independência. Finalizando a fala, convidou a **Sra. Judite da Rocha,** a **Sra. Gislei Knierim,** a **Sra. Maria do Socorro** e a **Sra. Katia Souto** para compartilharem a história do Grupo da Terra e o histórico dessa política. Desse modo, a **Sra. Maria do Socorro** iniciou sua fala agradecendo o convite do Grupo e o acolhimento da Contag, bem como o resgate ancestral feito pela comissão de mística. Frisou ser longa a trajetória da política que associa com a história dos movimentos sociais. Na sequência, disse que a "política" tem dois sentidos: a política como um instrumento de luta (movimentos com projetos políticos) e a política como política pública. Alegou que sempre houve uma luta no campo e o que prevalecia era o pacto das elites, de modo que a população teve sua participação negada e ocultada nos espaços de decisão, da história e dos aspectos econômicos e políticos, o que inviabilizou direitos. Ainda, questionou se o Sistema único de Saúde (SUS) está preparado para lidar com concepções de saúde e das questões humanas, e que a concepção da política é sobre a necessidade humana, pois os sujeitos que aparecem no curso da história (movimentos sociais, mulheres, pescadores, pescadoras) trazem cada um significado próprio para o debate no campo da saúde. Afirmou, também, que pensar em saúde social é pensar em classe, mas que esse conceito não é suficiente para compreender o fenômeno completo, de modo que os movimentos demandam que o Estado compreenda outras relações sociais ao se pensar a questão. Pontuou, também, que a quantidade de conferências que são realizadas revela a falta de respostas efetivas, mas que o Grupo da Terra é uma espécie de resposta (espaço de diálogo) dada pelo governo. Disse que Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas traz uma série de conceitos, como equidade e a interseccionalidade, estando aí o respeito às tradições, à orientação sexual, à questão étnico racial etc. Afirmou que a Política não se restringe à questão do acesso à saúde. Ainda, comentou que no texto da Política, o conceito de qualidade de vida, que é um conceito criticado por ser "neoliberal". Enfatizou, ainda, que não é possível dissociar a questão da saúde com a questão agrária. Na sequência, destacou que o SUS, como política social, é a capacidade do Estado de responder às demandas

da sociedade. Ademais, a política social vem responder a questão da dignidade humana. Outra questão que a oradora apontou foi em relação à existência de trabalhadores rurais sem CLT, de modo que não conseguem contribuir. Além disso, existem empresas que também se negam a contribuir, tal fato pode acarretar um resultado negativo no final no que tange ao acesso ao SUS. Afirmou, então, que essa realidade se relaciona com a questão capital *versus* trabalho. Ademais, apontou a falta de indicadores em diferentes regiões do país, como em pequenos municípios. Ressaltou que a política possui muitos limites, mas ela detém muitas possibilidades. Frisou a importância de se ampliar o conceito do que é rural, o que é urbano, o que é campo, de forma que esse aspecto deveria ser focado, principalmente, pela academia. Finalizando a fala, apontou a necessidade de ampliação de saúde que abarca as demandas do campo e da população rural, uma vez que não há somente um modelo de existência no país, pois diferentes comunidades se articulam de forma distinta.

Em seguida, a **Sra. Gislei Knierim** disse que o Grupo da Terra é resultado de movimentos que foram na rua no início do primeiro mandato do Presidente Lula, em 2003 (dois mil e três), e demandaram um espaço de discussões. Contou que a movimentação se iniciou com a discussão de diferentes organizações sociais, possuindo diferentes perspectivas e tempos de existência, como o Movimento Sindical, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e o Movimento das Mulheres. Explicou que havia questões distintas que eram pautadas por cada movimento e que houve a participação de especialistas nas questões rurais e do campo para essas discussões iniciais, como, por exemplo, questões conceituais. O conflito dos campos possibilitou que diferentes grupos logo se juntassem a essas discussões iniciais, demandando ajuda para suas dificuldades e demandas, fruto de opressões que sofriam em seus territórios. Apontou, também, que era possível a articulação desses movimentos no Grupo da Terra. Disse que as discussões nos grupos institucionais e de fora eram marcadas por luta de classes, pois todos os membros eram parte de classe trabalhadora, e que isso foi um marco divisor. Outros movimentos (negro, LGBTQIAP+) se ajuntaram ao movimento com suas próprias demandas para além da questão da classe. Ademais, apontou que no campo da saúde sempre houve discussão sobre determinação social e sobre como o modelo econômico capitalista oprime os corpos. Afirmou que as lutas dos movimentos eram maiores que uma política pública, mas ela era importante para o espaço de luta. Apontou que pensar um modelo de saúde no campo poderia reestruturar o modelo urbano. Também apontou a necessidade de abordar o saneamento básico em comunidades quilombolas e indígenas.

Em sequência, com a palavra, a **Sra. Kátia Souto** agradeceu o acolhimento e disse que se sentia emocionada em relação à memória do Grupo da Terra, que começou em 2003 (dois mil e três), tendo agora a oportunidade de reencontrar afetos, lutas e processos. Ela contou que nessa época estava atuando no Ministério da Saúde, sendo esse momento em que os movimentos sociais foram recebidos pelo governo para a discussão de suas reivindicações. Frisou que antes não havia um espaço no âmbito político para que a População do Campo, Floresta e Águas trouxesse suas demandas, a partir daí, começou-se a pensar em um espaço de

diálogo e debate para além da esfera do controle social instituído. Com a publicação da Portaria MS/GM nº 2.460/2005, que instituiu o Grupo da Terra em 2005 (dois mil e cinco) e com a Marcha das Margaridas, os movimentos se manifestaram a partir de lutas e resistências em seus territórios, ganhando visibilidade por parte do governo. Destacou ainda que após a Marcha das Margaridas ampliou-se movimentos do campo, floresta e água. Em 2011 (dois mil e onze), o debate da política retornou fortalecendo o Grupo com a discussão abrangendo não só a questão do financiamento, mas a questão do Estado e da política pública. Nesse momento, foi importante a temática de interseccionalidades presentes na política, buscando pensar o campo para além de uma visão limitada do "rural". Contou, então, que em 2011 (dois mil e onze) foi publicada a Portaria nº 2.866/2011, nova diretriz sobre o Grupo da Terra, ampliando sua missão e ação, abarcando agora diferentes organizações. Pontuou que o Grupo da Terra amplia a ação de movimentos sociais para o debate público, diante da necessidade de retomar o protagonismo social. Seguido a isso, falou que é importante enxergar a construção da política visando a autonomia dos movimentos e que eles sempre foram respeitados para decidirem quem iriam representá-los. Disse que isso aconteceu nos termos de cooperação, no Grupo da Terra, no Programa Mais Médicos, além de haver também a discussão dos vazios assistenciais e a revisão da política de atenção básica. Mencionou ainda que a Unidade Básica Quilombola foi desmontada no governo anterior e ainda não conseguiram retomar. Frisou que a participação do Grupo da Terra se organiza para incidir sobre as políticas públicas e que elas são espaços de transformação social e participação social que extrapolam conferências e conselhos. Também afirmou que é um desafio para a gestão reconhecer determinantes sociais e ambientais como fatores para o adoecimento. Ou seja, olhar para além do corpo clínico e enxergar corpos sociais. Por fim, disse que o Grupo da Terra conseguiu mostrar que cuidar vai além de medicar e hospitalizar, mas há outras formas de valorização do ser humano.

Na sequência, a **Sra. Judite da Rocha** falou que várias pessoas passaram pelo espaço e ajudaram e que eles sempre priorizam a formação no sentido amplo, para além da universidade. Em seguida, relembrou que no processo de implementação da Política foi discutido que mais importante do que falar sobre adoecimento era falar sobre saúde: o que traz saúde e o que ameaça a população do campo, da floresta e da água. Disse que a grande questão do adoecimento atual é a crise climática e afirmou que a gestão não precisa se preocupar, pois eles estavam ali para contribuir e falar suas propostas. Afirmou que essa contribuição é muito importante, pois cada um conhece sua territorialidade e os processos de saúde-doença em seus territórios. Seguido a isso, frisou que os movimentos lutaram para a aprovação da política, mas também discutiram sobre a implementação, e questionou sobre o diálogo entre o ministério e a implementação da política nos estados. Por fim, disse que na época da política talvez tenham discutido pouco as mudanças climáticas, e agora elas estão os afetando com muita força.

Em seguida, **a Sra. Elionice Conceição** iniciou sua fala ressaltando a importância de deixar algumas coisas registradas. Primeiramente, afirmou que o segmento das águas foi o último a ser visualizado na política. Citou, como exemplo, o

caso do movimento de Mulheres Pescadoras que só entrou no grupo da terra em 2015, e destacou que antes disso já existia o Movimento Nacional dos Pescadores (MONAPE) na história do movimento. Apontou que por muito tempo as pautas da pesca eram tratadas junto com a pauta de agricultura, de modo que, por mais que a unidade seja importante, ela pode gerar invisibilidades, concluindo que esses movimentos de pescadores e suas demandas foram invisibilizados durante muitos anos. Com isso, afirmou a necessidade desses movimentos estarem incluídos na elaboração e reelaboração de uma política destinada à População do Campo, da Floresta e das Águas. Enfatizou a necessidade de se atentar para as especificidades dessas populações e para sua participação nas mobilizações políticas para não correr o risco da perda de seus direitos ou de suas identidades. Ademais, a oradora apontou que o histórico da construção e mobilização do Grupo da Terra tem se perdido, havendo a necessidade de sistematizar essa história em um material sobre o seu processo de implementação. Pois muitas pessoas não conhecem ou tiveram acesso a política, mencionou a necessidade de um seminário para tratar sobre a política. Pontuou a necessidade de os representantes do Ministério da Saúde apontarem os panoramas de implementação da política, quais estados a adotaram e como anda seu andamento. Finalizando, sugeriu que após o seminário sobre a política, seja estabelecida uma comissão dos movimentos para junto do ministério, havendo assim a revisão e reformulação da política. Ao final da fala, a **Sra. Judite da Rocha** complementou dizendo que muitas coisas já estão sistematizadas e seria interessante construir algo, como um livro, para que os novos membros conheçam a história do grupo.

Abriu-se espaço para que os participantes fizessem a complementação da exposição realizada. O **Sr. Antônio Marcos**, da Rede Nacional de Médicos Populares, perguntou quanto de financiamento do MS foi investido na construção da política. Logo após, a **Sra. Marizelha Lopes** (Associação Nacional das Pescadoras - ANP), disse que chegou ao grupo da terra no final do ano de 2023, mas já acompanhava o grupo “do lado de fora”, por conhecer membros do grupo e sua atuação política. Ela mencionou que a empolgação de suas conhecidas participantes do movimento a fizeram ter interesse pelo grupo, sendo o que a motivou a entrar e participar dele. Destacou ainda que há técnicos que tomam como ofensa quando os grupos fazem propostas com base em suas reivindicações. Além disso, disse que é difícil os gestores entenderem a importância da existência do Grupo da Terra. Ressaltou que é sempre importante falar sobre diversidade. Frisou que muitas pessoas, militantes de diferentes movimentos sociais, já foram assassinadas por defenderem seus territórios, de forma que a permanência do Grupo da Terra é necessária. Em seguida, o **Sr. Valcler Fernandes** (Ministério da Saúde), pontuou os fenômenos sociopolíticos e climáticos que ocorreram desde o surgimento do Grupo da Terra. Enfatizou, principalmente, as mudanças climáticas, os desastres naturais e outras transformações da natureza. Em vista disso, apontou a necessidade do resgate da memória, sugerindo que materiais audiovisuais como filmes e podcasts sobre o grupo e sua história fossem feitos. Isso seria importante para contextualizar o porquê de algumas demandas e reivindicações do Grupo da Terra não terem ocorrido. O **Sr.**

Antônio Lacerda (Contag) também apontou a importância do resgate da história do Grupo da Terra, para compreender suas raízes. Mencionou os desafios enfrentados pelo grupo em sua trajetória em decorrência de transformações na política (crises, conservadorismo e negacionismo), além da crise climática. Em sequência, a **Sra. Alexsandra Rodrigues de Lima** (MST) afirmou que tudo o que ocorreu ao longo dos anos no Grupo da Terra foi para o crescimento. Frisou também que não esquecessem que os movimentos sociais trabalham também fora do grupo. Pontuou ser importante uma reunião com a ministra da saúde após os ataques que ela tem sofrido. O Sr. **Ednaldo Correia** (MST) apontou a necessidade de se aproveitar a conjuntura política atual para promover discussões e buscar as reivindicações do Grupo da Terra. Logo após, a **Sra. Maria Izabel da Silva** mencionou a importância da educação ambiental e compartilhou com os presentes o cravo do cerrado, em continuação da sessão mística que ocorreu no momento inicial. Em seguida, o **Sr. Junior Pontes** (Conselho Nacional Saúde - CNS) parabenizou o exercício de resgate histórico do Grupo da Terra, apontando seu significado para as populações e comunidades rurais, camponesas, agrárias e fluviais. Como representante do Conselho Nacional de Saúde, afirmou fazer um pedido de socorro para que o Grupo da Terra se mostre presente nas deliberações e orientações do CNS.

As participantes da mesa realizaram falas para encerrar a sessão. Dessa forma, a **Sra. Judite da Rocha** disse que eles não querem ser pesquisados, mas querem fazer parte da pesquisa e ajudar, estarem presentes. Enfatizou, ainda, que sente falta da discussão sobre mudanças climáticas na revisão da política. Além disso, disse que tem espaço e que precisa ser ocupado, e questionou quando o ministério vai abrir debate para essa discussão. Em seguida, concluiu dizendo que estão ali para construir e o que eles dizem é o que de fato querem que esteja presente na discussão. Seguido a isso, a **Sra. Maria do Socorro** disse que não citaram o Programa Mais Médicos, mas o programa é importante para a pauta, pois está sinalizando as entregas que o governo fez. Concordou que a discussão sobre a atualização da política deve ser feita, também, dentro do Grupo da Terra, para reconhecê-lo e dar voz ativa. Por fim, disse que o debate de equidade precisa ser atualizado e sugeriu uma conferência intersetorial, para além da saúde. Na sequência, a **Sra. Gislei Knierim** disse que eles sempre anunciaram a crise ambiental, desde 2005 (dois mil e cinco) e que não é uma pauta nova para o movimento do campo presente. Afirmou que todos os projetos de elaboração da política foram pensados a partir da vivência nos territórios. Seguido a isso, a **Sra. Katia Souto** falou sobre a importância da revisitação da política devido a diferentes acontecimentos, organizações e seminários ocorridos nos últimos tempos. Disse, também, que muitas questões devem ser revistas, como a agroecologia e a segurança alimentar. Por fim, alegou ser importante que o Grupo da Terra tenha estratégias para levar suas reivindicações para fora.

PROGRAMA NACIONAL DE SANEAMENTO RURAL

Após intervalo os participantes do evento se reuniram novamente, agora para ouvirem o **Sr. Alexandre Motta** (Presidente da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA) e discutirem a institucionalização e governança do Programa de Saneamento Rural (PNSR). Começou agradecendo o Grupo da Terra, a Contag e o Ministério da Saúde por recebê-lo. Em sequência, iniciou a apresentação questionando quem tem o direito de participação nos debates e discussões. Afirmou que assumiu a Funasa por questões gerenciais. Apontou que a FUNASA foi extinguida em 2023. Falou sobre uma crise de subfinanciamento na questão do saneamento das pequenas cidades e das áreas rurais, elencados questões como os diferentes biomas e a dispersão territorial. Discorreu sobre o papel da Funasa no passado e no presente, como fomentar conhecimento e difundi-lo. Enfatizou a importância de haver conhecimento aprofundado sobre financiamento. Frisou a importância de haver o diálogo com as instituições sociais para debater diferentes questões que atingem as populações do Campo, Floresta e Água. Mencionou que a FUNASA chega em lugares que não há CEP, sendo necessário fazer expedições nessas localidades. Em sequência, começou a discorrer sobre a institucionalização e governança do Programa Nacional de Saneamento Rural - PNSR. Primeiramente, expôs a existência do Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB) fruto do art.52 da Lei n° 11.445/2007, sob a coordenação do Ministério das Cidades. Mencionou que havia uma lacuna no Plano Nacional em relação ao saneamento rural, de maneira que a partir das diretrizes do PLANSAB houve o início do planejamento do PNSR 2019. Apontou que, com o apoio da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e apoio da comunidade, houve a elaboração do PNSR, resultando na portaria MS n° 3.174/2019. Afirmou que o cronograma estabelecido pelo Programa foi impossibilitado em decorrência de diferentes situações adversas (governo anterior, pandemia, entre outros fatores). Explicou o que era o PNSR e seu processo de formulação. Detalhou os objetivos e propostas do Programa, como a universalização do acesso ao saneamento básico em áreas rurais. Ressaltou a necessidade de se pensar o rural de uma forma diferenciada por conta de suas especificidades, apontando que o PNSR propõe um conceito mais ampliado do que é o “rural”. Mencionou os eixos estratégicos do PNSR, que estão integrados: educação e participação, tecnologia e gestão dos serviços, além de que explicou o público-alvo do Programa. Destacou o papel da FUNASA na implementação do Programa: órgão gestor nacional do PNSR; implementação do PNSR; órgão executor de ações e serviços de saneamento. Enfatizou como funcionaria a gestão do Programa, propondo o estabelecimento de um arranjo institucional tendo por base fóruns. Apontou que os pontos da portaria do PNSR precisam ser revistos, elencando a existência do Decreto n° 12.002/2024. Com o fim da exposição do presidente da FUNASA, deu-se abertura para que os presentes fizessem perguntas e comentários sobre a questão do saneamento e o PNSR. Assim, a **Sra. Marizelha Lopes** apontou ser inquietante conversar sobre o saneamento rural, que a transferência da questão do saneamento básico para o Ministério das Cidades fez com que eles ficassem preocupados com a possibilidade de a discussão ter que começar do zero. Elencou a quantidade de programas locais de saneamento existentes e que, mesmo assim, não são efetivos. Pontuou que em algumas

localidades pessoas negras ainda são responsáveis por cuidar dos dejetos das cidades, elencando sua experiência ao chegar no recôncavo baiano e a primeira visão que teve do local foi de dois homens negros limpando banheiros químicos. Afirmou que a crise climática já chegou nos territórios, de modo que a água, por exemplo, não pode ser mais consumida em alguns lugares, sendo necessário que os habitantes comprem água para sobreviver, utilizando dos poucos recursos financeiros que detêm para isso. Frisou a urgência de resolver as questões de saneamento, pontuando que não se pode mais ficar no âmbito do discurso e debate, mas sim haver ações efetivas. Pontuou que no estado do Rio Grande do Sul o rejeito de cidades privilegiadas estava sendo jogado em comunidades quilombolas e periféricas, trazendo risco para a saúde dos habitantes locais. Questionou até quando iriam ficar nessa inquietação, principalmente a população negra. A **Sra. Judite da Rocha** apontou que a questão do saneamento é muito cara para estas populações, que essa é uma discussão que já vem sendo debatida há muito tempo, principalmente no MAB, movimento que representa. Afirmou que na região que advém se averiguou que as águas estavam contaminadas com excrementos humanos. Apontou sua preocupação com a quantidade de pessoas que ainda vão adoecer por falta de saneamento básico. Afirmou que é necessário apontar quem são os causadores do problema da falta de saneamento básico em diferentes regiões. Mencionou também que há uma deficiência do Estado em relação à vigilância, questionando quem está cuidando dessa parte. Questionou quem está cuidando das águas, elencando o fato de haver a terceirização do manejo das águas. Afirmou que ninguém está cuidando dos lagos, sendo o local em que o esgoto é lançado. Apontou o fato de as taxas do esgoto nas cidades serem caras, de modo que a população está pagando por um serviço que não recebe. Pontuou que essa realidade é pior nas áreas rurais e do campo. Frisou que a água está sendo contaminada, para além dos dejetos, pelos agrotóxicos e metais pesados. Defendeu que enquanto ocorre o debate e medidas não são efetivadas, a população do Campo, da Floresta e das Águas sofre com os problemas elencados. Questionou o Sr. Alexandre Motta a ausência dessa população nos grupos de planejamento do PNSR. A **Sra. Elionice** apontou o sentimento de frustração ao saber que a questão do saneamento ainda está no âmbito do debate. Pontuou que o PNSR já estava na fase de implementação, observando que ainda há muita coisa a se fazer. Mencionou que são muitos os entraves que impedem a efetivação do PNSR. Afirmou haver tristeza por uma contradição que existe em relação ao governo, pois, enquanto o programa de saneamento se mantém oculto, observa-se a criação e implementação de programas de mineração e exploração da terra. Mencionou municípios do estado do Ceará que estão sendo atingidos pela mineração, de modo que o açude que abastece a localidade e outras comunidades está sendo afetado. Afirmou haver um relatório por parte da Secretaria de Saúde do estado que o açude está contaminado acima do nível com neurotóxicos, minérios, entre outros, de maneira que pessoas precisam tomar essa água. Mencionou o fato de que muitas famílias precisam comprar água para não consumir a contaminada. Afirmou a necessidade de o Ministério da Saúde informar sobre essa situação, pontuando que pessoas terão câncer, e pensar em problemas para resolvê-la. A **Sra. Silvia Helena** (CNS) mencionou a burocracia

para que esses programas sejam aplicados, afirmando que medidas mais fáceis podem ser buscadas. Elencou o fato de as políticas públicas não chegarem na Amazônia. Mencionou o projeto Sanear, idealizado pelo CNS, caracterizado por ser um trabalho de assistência às populações da Amazônia de forma cooperativa, apontando a efetividade do programa por ser pensado em conjunto com as comunidades locais. Elencou que o projeto só é realizado nas unidades de conservação e que o CNS gostaria de estendê-lo para outras localidades, havendo demanda de sua realização em outros territórios. Afirmou que gostaria de compartilhar o programa com o presidente da FUNASA, havendo o desejo de trabalhar com outros ministérios, buscando recursos para que ele seja implementado em outras áreas. Pontuou a necessidade de se trabalhar com as comunidades locais por elas conhecerem melhor suas regiões do que os gestores que se encontram afastados desenvolvendo projetos e programas. Em sequência, o **Sr. Valcler Fernandes** falou sobre a desinformação da população acerca de programas, sugeriu capilarizar a informação para que as pessoas constatem os problemas. Falou sobre a notícia sobre a venda da Sabesp, uma das maiores empresas do mundo de saneamento, apareceu só uma empresa para comprar, apontando que há interesses privados que também devem ser levados em conta na questão do saneamento. Expressou que a política do saneamento é a mais atravessada por um aspecto neoliberal, principalmente por mudanças em marcos regulatórios viabilizando a privatização. Asseverou que os estados conseguem vender empresas lucrativas muito baratas. Declarou que o programa foi bem construído, mas que há uma lógica de privatização que está fora do controle do governo federal. Defendeu ser necessária uma mobilização intensa, tanto institucional, por meio dos ministérios, e mobilização social, sendo fundamental chamar deputados e senadores para divulgar essas problemáticas. Concluiu dizendo ser preciso divulgar questões sobre saneamento para as ruas, para mobilizar pessoas “adormecidas”, pois é um momento propício para desenvolver essas questões. Logo após, a **Sra. Elionice** ponderou que sua fala abrangia todos os presentes. Relembrou que a questão da mobilização precisa ser constante, mas precisa ser pensado o que é estrutural e o que não é. Apontou que pessoas em órgãos precisam ser criminalizadas e ser acionadas pela justiça ao usarem recursos públicos de maneira qualquer, para seus interesses próprios. A **Sra. Gislei Knierim** perguntou se, com a reestruturação da FUNASA, o PNSR vai continuar no Ministério das Cidades ou iria ser transferido para o órgão? Elencou também que o controle da água é o principal meio de disputa da privatização, de modo que as nascentes se encontram em sua maioria na região rural, protegida por comunidades. O **Sr. Alexandre Motta** disse que a resposta à essa pergunta não depende do desejo dele e que há necessidade de fortalecer os ministros para que consigam entrar nessa disputa agilizando a definição da competência. O **Sr. José Oliveira da Silva** (CPT) afirmou que participou de uma reunião com um dos representantes do Ministério das Cidades no começo do ano, afirmando preocupação de que desde então não vê encaminhamento das questões que foram levadas na reunião. Continua-se em um limbo em relação à questão do saneamento. O que será destinado ao saneamento rural no Plano Safra. A **Sra. Célia Regina Nunes das Neves** (CONFREM) afirmou que o programa de saneamento rural

está voltando para trás, afirmando haver um retrocesso na questão. Logo após, o **Sr. Arnaldo** mencionou que muitos aposentados estão fora do programa de habitação**.** Frisou que há falta de articulação entre os ministérios e órgãos do governo. Perguntou o que a FUNASA tem de concreto em relação ao PNSR? Questionou como executar políticas públicas, sendo que o governo não dá sinal de colocá-las em prática. Necessidade de não desperdiçar mais tempo para implementar o programa. A **Sra. Irânia** (Ministério da Saúde) apontou a necessidade do presidente da FUNASA escutar outras pessoas que eram da antiga Fundação CESP para também pensarem sobre o programa. Compartilhou sua experiência em comunidades indígenas onde os banheiros não eram adequados. Pensar em um modelo diferenciado para as diferentes comunidades, pensando no conceito de integralidade. Afirmou ser necessário pensar em um modelo concreto para disputar a questão do saneamento, havendo necessidade de dialogar com as populações locais. Em seguida, o **Sr. Alexandre Motta** teve oportunidade de responder às falas dos membros do grupo. Afirmou que desde a reestruturação da FUNASA ele se tornou o único funcionário do órgão, destacando que a fundação foi obliterada. Frisou ser possível a partir de agora construir uma nova FUNASA, podendo lembrar dos acertos e erros do passado. Apontou que muitos deputados estão satisfeitos com a existência da instituição, e que os prefeitos não. Tachou a FUNASA como um instrumento de transformação poderoso, como um espaço de luta importante que deveria ter sido apropriado anos atrás. Colocou como objetivo primário a reconstrução da fundação, afirmando ser algo trabalhoso. Ressaltou a necessidade de articulação política para a reconstrução da FUNASA. Pontuou estar se articulando com várias pessoas para se pensar na melhor direção da fundação. Finalizou afirmando estar aberto para escutar e dialogar para reconstruir a FUNASA. Assim, houve o encerramento do primeiro dia de reunião.

A ATENÇÃO À SAÚDE DAS POPULAÇÕES DO CAMPO, FLORESTA E ÁGUAS

Na data do dia 03/07/2024 ocorreu o segundo dia da **3ª Reunião do Grupo da Terra**. Trazendo a mística para a reunião, alguns dos membros do Grupo da Terra entraram segurando placas com alguns escritos, a exemplo: “O SUS é nosso”, “São Francisco Vivo”, “Na floresta tem gente” e “Reforma agrária já”. Enquanto seguravam suas placas, os membros começaram a entoar uma canção sobre a terra. Uma das participantes pediu para que o restante dos presentes se levantasse e cantasse juntos com eles.

Ao final desse momento, o **Sr. Ednaldo Corrêa**, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a **Sra. Juliana Acosta,** do Ministério da Saúde (MS), que eram os mediadores da sessão, apresentaram a **Sra. Josefa**, que estava atuando no cuidado à saúde das participantes, é uma pessoa com histórico da luta pela terra, esteve na coordenação de um acampamento de reforma agrária, sofrendo até mesmo perseguições. Afirmou também que ela possui um conhecimento abrangente sobre ervas, sendo responsável por comandar a sala de saúde (Educar e cuidar da saúde) da Contag, que foi fruto de uma conquista principalmente das

mulheres. A mediadora mencionou que a questão do conhecimento da erva é uma forma tradicional de cuidado muito importante para a base do Grupo da Terra, estando relacionado diretamente com o tema da agricultura familiar. Em sequência, a **Sra. Josefa** explicou o que está disposto na sala de saúde, falou sobre as ervas e as possibilidades que elas oferecem, convidando os presentes para visitá-la. **Sra. Josefa** falou sobre onde vive e como ela conseguiu a terra junto com sua família. Após isso, as **Senhoras Priscila Freitas e Patrícia Santana**, ambas do Ministério da Saúde (MS), fizeram uma apresentação intitulada: "Atenção à Saúde dos Povos do Campo, Floresta e Águas". A **Sra. Priscila Freitas** iniciou dizendo que o MS está concentrando esforços para tentar atender as demandas que recebeu em maio, por parte dos movimentos sociais. Explicou que a apresentação vai ser de propostas que estão sendo discutidas, mas ainda não foram finalizadas. Explicou que, de acordo com o que foi acertado em maio, irão adotar a metodologia de ruralidade do PNSR. Disse, também, que estão produzindo um documento técnico que justifique e apresente a proposta para começarem os diálogos com os estados e os municípios. Em seguida, apresentou as propostas e explicou que não foi possível atender o pedido de mil pessoas por equipe em área rural, pois o parâmetro mínimo para o financiamento seria de duas mil pessoas. Dessa forma, a proposta do MS é que, independentemente do porte populacional, seja possível usar o parâmetro de duas mil pessoas por área rural. Para isso, seria necessário aumentar cerca de oito mil equipes, o que teria um impacto financeiro que está sendo estudado. Acerca dos planos de apoio, a **Sra. Priscila** disse que não conseguem financiar a ampliação e a reforma, apenas a construção do zero. Além disso, informou que a partir da experiência do estado do Rio Grande do Sul, estão discutindo sobre as UBS resilientes e pensando na expansão na estratégia de atenção à saúde ribeirinha. Em seguida, o **Sr. Gustavo Nanni** (MS) falou sobre a demanda por equipes multidisciplinares e disse que elas serão pensadas a partir da realidade de cada local. Informou que é possível montar equipes com psicólogos, fonoaudiólogos, nutricionistas e assistentes sociais, mas é necessário realizar o estudo de cada local e saber qual o critério geográfico utilizado para definir o que são os territórios rurais. Por fim, frisou que estão num processo permanente de negociação. Em seguida, a **Sra. Priscila** abordou a formação de trabalhadores, destacando que a iniciativa já está em andamento na Amazônia Legal e com planos de expansão para o restante do país. Em seguida, mencionou o cadastro obrigatório como critério para o financiamento, direcionado às famílias do campo, da floresta e da água. Esse cadastro visa monitorar a população e incentivar a obtenção do financiamento. Além disso, foi proposta a ampliação de 50% no incentivo para equipes que atendem áreas de reserva extrativista, equiparando-as àquelas que atendem quilombos e assentamentos de reforma agrária. Por fim, mencionou a possibilidade de estender o programa a outras áreas, mas ressaltou a necessidade de estudos para avaliar a viabilidade. Seguido a isso, o **Sr. José Eudes** (MS) alegou que o sistema não fornece informação para analisar os territórios de modo satisfatório, com enfoque em suas diferenças, e frisou que começarão a analisar os territórios de acordo com as características intrínsecas a cada lugar. Após isso, a **Sra. Priscila** (MS) finalizou dizendo que não tiveram tempo hábil para desenvolverem pactuações concretas, mas

que estão no caminho para elaborar. Finalizada a apresentação, abriram o espaço para perguntas. Sendo assim, o **Sr. Marcos Antônio,** da Rede Nacional de Médicos Populares (RNMP) e representante da população do campo, parabenizou o MS pela preocupação com a atenção primária à saúde e disse que a proposta não deveria ter sido fechada sem haver discussão com as pessoas do campo. Afirmou que os territórios são complexos e diversos e têm que ser pensados de acordo com suas especificidades. Frisou ser necessário pensar o rural e o campo de forma adjacente e que o IBGE deve criar parâmetros específicos para esses territórios, pois eles não são homogêneos. Após isso, alegou que muitos profissionais não estão aptos a atender essas populações e que é preciso pensar em uma formação específica para isso. Em seguida, a **Sra. Silvia Elena**, representante da população da floresta, explicou que na floresta as estradas são os rios e eles têm dificuldades para chegar em muitas localidades. Sugeriu que na época das cheias sejam intensificadas as UBS fluviais em locais distantes e inacessíveis em outras épocas. Também afirmou ser necessário que o médico enviado ao local conheça a realidade da comunidade e a convivência das pessoas com a medicina natural. Disse que está ali representando a Amazônia inteira e que as pessoas não têm acesso a cirurgias em seus municípios porque grande parte delas só são feitas em Manaus/AM. Pleiteou UBS com mais equipamentos para realizar exames preventivos e que haja outros tipos de atendimento médico, além do clínico geral. Por fim, disse que essas medidas diminuíram a taxa de mortalidade da população do local por coisas que não são complexas, mas que só falta o acesso. Na sequência, a **Sra. Celia das Neves**, da Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas Costeiros e Marinhos (CONFREM) iniciou sua fala cantando uma música sobre o rio e disse que quando os gestores pensam em política pública em saúde para a população das águas, esquecem os marisqueiros, as caiçaras e os pescadores e só se lembram dos ribeirinhos. Disse que muitos povos das águas não se identificam com os ribeirinhos e que existem identidades próprias e específicas. Alegou, também, que é necessário entender a sazonalidade, a diversidade e os biomas dos territórios. Em seguida, **a Sra. Gislene** perguntou se o MS tinha algum modo de mapear as especificidades locais. A **Sra. Priscila** (MS) respondeu que eles têm o registro dos cadastros individuais e que estão pegando o georreferenciamento para mapear as comunidades quilombolas e as unidades de saúde, para poderem identificar os vazios existenciais. Seguido a isso, o **Sr. Jorge Sena** (MS) disse que o MS se preocupa em como serviços de saúde podem chegar a essas populações (quilombolas) e apontou o descaso que os gestores de saúde têm quando se trata desses povos. Comentou sobre a possibilidade de atendimento remoto de saúde (telessaúde) como uma alternativa para esses casos e disse que é preciso observar o índice de vulnerabilidade social de cada região, pois são diferentes. Na sequência, a **Sra. Judite da Rocha**, do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), disse que imaginava que o ministério iria apresentar o que já estão fazendo na prática. Frisou que mora na zona rural e precisa se deslocar à capital para consultas, caso contrário, teria que esperar por um ou dois anos até ser atendida. Ainda, explicou que muitas pessoas colocam o endereço de conhecidos na capital para conseguirem acesso à saúde e ressaltou que a questão é urgente. Questionou o prazo da implementação do

aumento das equipes de família e criticou o agendamento, alegando que não se sabe a hora em que vai ser acometida por uma doença. Por fim, reforçou a ideia da melhora na formação dos médicos e a necessidade de que eles conheçam o contexto de onde atuarão. Na sequência, a **Sra. Luiza Calado** (MS) apontou a importância de a comunidade participar de discussões como essa e colaborar para a elaboração de condutas, dizendo se são adequadas ou não. Seguido a isso, a **Sra. Marizelia Lopes**, da Associação Nacional de Pescadores (ANP), asseverou que a apresentação mostrou que a política não está avançada e que as secretarias dos estados precisam se articular com o MS. Refletiu que enquanto a política não é efetivada, as pessoas vivem um estado de desumanidade sem o acesso à saúde. Alegou que as águas estão contaminadas e perguntou qual a postura do MS frente a tal fato. Também frisou a dificuldade de ser atendida por médicos e o custo alto de deslocamento que as pessoas têm, de modo que muitas dormem na rua para conseguirem ser atendidas. Informou que algumas pessoas precisam se deslocar cerca de dezesseis quilômetros para terem acesso à quimioterapia e radioterapia. Ainda, apontou que o atendimento ao idoso está defasado e que é necessário pensar na importância desses indivíduos. Acrescentou ser necessário um hospital de referência para crianças, mulheres e idosos. Por fim, disse que se a questão da água não for resolvida, os hospitais vão ficar superlotados com pacientes de câncer decorrentes da ingestão de agrotóxico e de metais pesados. Após, a **Sra. Missay** (MAB) questionou sobre a possibilidade de existir uma unidade de saúde polo com atendimentos mais amplos e exames mais específicos e frisou ser importante que o Grupo da Terra auxilie na identificação de áreas com vazio existencial. Por fim, perguntou como o MS vai agir frente às mudanças climáticas e contou que a Amazônia decretou estado de emergência pela seca e não teve nenhuma assistência. Após a rodada de perguntas, os servidores do MS fizeram considerações. O **Sr. José Eudes** (MS) disse ser importante o momento de escuta, principalmente para a construção de políticas públicas e que começar um debate para repensar a política nacional de atenção básica é fundamental. Afirmou que é necessário rever e visitar várias questões da política, como a quantidade de UBS e de equipes, que atualmente são insuficientes dada a quantidade de territórios. Frisou que se deve considerar a sazonalidade, as alterações marítimas, os momentos de seca e as cheias, de modo a pensar não apenas em meios fluviais para o deslocamento, e sugeriu carros para levar as pessoas. Também falou do tempo em que as equipes gastam para chegar nas comunidades, e deu a sugestão de ser semelhante ao dos indígenas: haver um período em que eles ficam no local. Pensando nos trabalhadores de saúde, sugeriu que eles tenham o momento certo de atender: um período certo de imersão e um período de refresco. Sobre o desafio da qualificação dos trabalhadores, comentou que o Programa Mais Médicos pode ajudar e fazer com que os profissionais vejam as especificidades de seus territórios. Disse que é necessário que não só os médicos, mas também outros profissionais, passem anos inseridos em populações e comunidades que atuarão, para que eles obtenham uma quantidade de conhecimento maior. Ainda, aponta o desafio de os agentes comunitários terem a capacidade de entender seus territórios. Por fim, falou que medidas precisam ser adotadas para que o atendimento nos territórios seja melhor. A

respeito das consultas agregadas e urgentes, disse que as equipes precisam estar prontas para o atendimento urgente em qualquer momento, mas também vê a importância das consultas agendadas. Em seguida, a **Sra. Adriene de Sá** (MS) disse que trabalha em uma coordenação que lida com banco de dados de prontuários e disse que a partir dos pós golpe está sendo difícil identificar quem são as pessoas atendidas e quais as suas condições de saúde. Alegou que esse foi um período em que as tecnologias foram pouco qualificadas ou desenvolvidas e que o desafio atual é lidar com a estrutura de desenvolvimento de sistema. Em seguida, o **Sr. Gustavo Nanni** (MS) disse que há um problema estrutural do SUS nos territórios e que se deve pensar no espaço do Grupo da Terra nas discussões sobre essas questões. A **Sra. Priscila Freitas**, disse que estão incluindo o Grupo da Terra na discussão. Sobre os desastres climáticos, falou que estão identificando várias demandas e que estão começando a pensar em como a atenção primária à saúde pode atuar nesses momentos, mas que a vigilância já vem atuando em outra lógica. Também falou que um plano setorial de saúde de adaptação às mudanças climáticas está sendo construído e que o MS está tendo um bom acordo no que acredita que seja os caminhos para haver um sistema de saúde resiliente. Ainda, disse que entendem que as principais pessoas atingidas são as do campo, da floresta e das águas. Sobre as UBS nos territórios, explicou que estão fazendo negociações para ser possível disponibilizarem soro antiofídico nessas unidades, bem como protetores e repelentes. Por fim, contou que estão discutindo a possibilidade de haver uma edição do Mais Médicos para equipes que atendem quilombolas e assentados de reforma agrária e reservas extrativistas. Seguido a isso, a **Sra. Alexsandra Rodrigues** (MST) refletiu que o governo está sempre criando departamentos e secretarias, mas não resolve as demandas, que já são antigas. Alegou que a política é real e reflete a realidade, mas que não chegou em vários locais que precisam. As pessoas estão adoecidas e muitas vezes é o próprio povo que encontra soluções, como no desastre do Rio Grande do Sul. Por fim, afirmou que é necessário a adoção de medidas emergenciais. Na sequência, o **Sr. Antônio Lacerda** (Contag) disse que já foi conselheiro de saúde e que compreende a dificuldade do governo federal, pois é necessário fazer uma articulação com os estados e os municípios. Também afirmou que devem ser realizados estudos sobre esses territórios, para que as medidas de saúde sejam mais efetivas. Sugeriu que o parâmetro para as equipes seja de mil pessoas em municípios muito isolados, e não de duas mil, caso contrário, as necessidades não serão supridas. Comentou que a diversidade do Brasil é enorme e isso impossibilita definições simplórias para a tomada de decisões. Em seguida, o **Sr. Valcler Fernandes** (MS), disse que o povo tem uma visão mais holística do que o estado, que ainda está falando em história natural da doença. Também afirmou que mais regionalização não vai sozinha resolver o problema da fila nos atendimentos, pois as tecnologias que possuem estão longe de atender as necessidades. Uma das maiores virtudes e ao mesmo tempo um grande problema do SUS é ser municipalizado. Disse que apenas 1,7% (um vírgula sete por cento) dos municípios colocaram nos seus planos de saúde o atendimento de campo, floresta e água e que é preciso dar mais visibilidade a essas populações. Falou sobre pontos de cuidados, e que é preciso

introduzir equipamentos para exames emergenciais, para reduzir o deslocamento dessas pessoas. Por fim, disse ser necessário levar a cartografia social como uma tecnologia social para dentro das unidades de saúde, de modo a olhar para os determinantes sociais e fazer uma intervenção com recursos bem alocados. Em seguida, o **Sr. Leandro Araújo** (RNMP) apontou as seguintes questões: a especificidade de cada território; as dificuldades de locomoção tanto para os pacientes quanto para as equipes; um modelo que possibilite a permanência das equipes no território; incentivo salarial para os médicos em áreas rurais; consideração da sazonalidade; construção de centros de apoio e de um ambiente adequado para o atendimento; espaço de cuidados populares nos centros de saúde. Por fim, disse ser necessário continuar denunciando as mazelas existentes, mas também anunciar a esperança. Após a fala, a **Sra. Juliana Acosta** (MS) disse que garantir equipamento não é garantir acesso e compartilha das angústias da população. Sobre a saúde da população da água, disse que terão um enfoque maior, como reparação histórica. Em seguida, a **Sra. Ana Ilda** (MPP) reclamou sobre o espaçamento nos atendimentos e sobre o agendamento, alegando que o adoecimento não é programado. Também disse que a carteirinha é válida em todo o território nacional, mas que não vale nem em outro município. Sobre a carta de acidente de trabalho, disse que os pescadores não têm acesso e que os médicos do local não sabem nem do que se trata. Na sequência, a **Sra. Elionice Conceição** (ANP) ponderou que a lista de doenças ocupacionais da previdência social não incluiu as doenças específicas do trabalho na pesca. Defendeu a necessidade de pesquisas mais aprofundadas no Brasil para identificar e reconhecer essas doenças ocupacionais. Criticou a negação por parte de municípios de reconhecer a identidade das comunidades pesqueiras. Alegou que obtenção do cartão do SUS é dificultada por problemas com dados, obrigando muitas pessoas a mentirem sobre seu endereço para ter acesso à saúde. Propôs a ampliação da faixa etária para vacinação contra o HPV até os 45 anos, devido à alta mortalidade por câncer de útero entre mulheres negras. Condenou a falha do SUS em garantir saúde de forma integral e equitativa, classificando-o como não universal e nem efetivo.. Seguido a isso, o **Sr. Antônio Marcos** (RNMMP) disse que a proposta não representa o debate e que não dá conta das demandas, pois para eles a saúde tem uma determinação social, estando vinculada ao modo de vida e ao trabalho. Propôs que o financiamento individualize biomas, territórios e espaços para avançar no Brasil; e que as equipes no interior atendam com mil pessoas. Em seguida, a **Sra. Camila Silva** (CPP) propôs a existência de uma roda de discussão sobre previdência e saúde, para tratar sobre a dificuldade de acesso dos pescadores a auxílios de saúde. Na sequência, o **Sr. Jarbas Ribeiro**, do Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Campo (MTC) disse que as demandas não devem depender das urnas e que a classe média é atendida pelo SUS, mas a classe trabalhadora, não. Em complemento, o **Sr. Eudes** afirmou que foram levantadas muitas colocações importantes e que quem implementa as ações de saúde básica e primária é o município. O MS pressiona, mas a decisão final é do secretário municipal. Disse que é importante ter conectividade e internet na atenção básica de saúde e que a UBS tem que ser um local de formação dos médicos, para que eles conheçam a realidade do sistema de saúde pública

daquele local. Finalizando a reunião, a **Sra. Juliana Acosta** (MS) retomou encaminhamento anterior de cada reunião ter um foco e sugere que o da próxima seja a vigilância, como vacina, doenças relacionadas ao trabalho e contaminação das águas; e que é preciso um esforço para que as pessoas caibam no SUS, além da integralidade do sistema outras formas de cuidado, pois o que estão fazendo não está sendo suficiente. Por fim, uma das integrantes do Grupo da Terra recitou uma poesia e a reunião terminou.

SAÚDE MENTAL DAS POPULAÇÕES DO CAMPO, FLORESTA E ÁGUAS

Na data do dia 04/07/2024, ocorreu o terceiro dia da **3ª Reunião do Grupo da Terra**. Na parte da manhã, a **Sra. Maria Izabel da Silva** (Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Campo - MTC) iniciou acolhendo aqueles que chegavam na sala, com óleos e plantas aromáticas e medicinais. Com o fim da chegada dos participantes, a Sra. Izabel da Silva começou o evento se apresentando e fazendo um discurso sobre ancestralidade. Falou sobre a jornada de luta realizada pelas mulheres militantes dos movimentos do Campo, Floresta e Águas. Fez também uma analogia sobre a trajetória do Grupo da Terra e a esperança de mudanças com o sabor doce e amargo da bebida de raízes que ofereceu para os presentes beberem. Além disso, pontuou a importância do apoio do Ministério da Saúde para as reivindicações do Grupo da Terra. Em seguida, a **Sra. Salete Barbosa** (MPA) explicou que em uma mesa no interior da sala havia diferentes ervas medicinais dispostas, convidando os presentes para as conhecerem.

Logo após, o **Sr. Valcler Fernandes** (MS) explicou que a temática é a saúde mental da população do Campo, Floresta e Águas. Apontou que a mesa do dia seria composta para trazer uma visão institucional. O **Sr. Alexandre Pires** (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima) deu início às falas da mesa. Citou que atualmente ocorre um fenômeno da seca em várias regiões do Brasil. Mencionou que em abril do ano passado foram recebidas 3 (três) caravanas de prefeitos para cobrar recursos sobre uma seca extrema que atingiu certa região. Apontou que se vive um contexto dramático na questão climática. Frisou que a crise climática é resultado do modelo de desenvolvimento econômico que temos no Brasil e no mundo. Pontuou que o uso de combustíveis fósseis (petróleo) está causando o aquecimento do planeta, que ele está mudando o processo natural dos biomas e dos mares. Para além da questão dos combustíveis fósseis, mencionou que existe um drama do desmatamento e que o aumento do desmatamento no governo passado reflete o que se vive neste momento. Mencionou que o agronegócio é responsável por riquezas que o país contabiliza, mas nessa conta não se coloca o custo ambiental e social que ele provoca, sendo que sua expansão gera a degradação da terra. Falou que a questão ambiental, os efeitos da exploração da terra e do ambiente por parte do agronegócio, não são contabilizadas na conta do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. Refletiu que a economia clássica não dá conta de mensurar o quanto tem sido perdido e afetado pela exploração. Informou que famílias e comunidades são ameaçadas por grilagem

de terras. Elencou que a região nordeste no Brasil é palco de grandes empreendimentos, como parque das energias renováveis (solares e eólicas), de maneira que a forma como está sendo feita gera desterritorialização dos povos de diferentes localidades. Expôs o trabalho que o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima tem feito para enfrentar as dificuldades desse contexto. Apontou dois grandes desafios enfrentados para a efetivação dos objetivos dos movimentos sociais: primeiramente, o governo é composto por forças que não estão alinhadas com o modelo de desenvolvimento baseado no respeito ao direito dos povos, aos seus territórios e em relação ao desenvolvimento sustentável; em segundo lugar, há o congresso nacional, o caracterizando como um dos congressos mais conservadores da história, afirmando que há a perspectiva de a partir de 2027 ele seja ainda mais conservador. Afirmou que há uma estratégia da extrema direita para possuir a maioria no senado. Pontuou que o agronegócio possui força dentro do cenário político. Elencou que há uma disparidade entre os recursos disponíveis ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima em comparação, por exemplo, ao orçamento público para a ação parlamentar. Informou que, enquanto a política de combate à desertificação tem R$ 5.000.000 (cinco milhões de reais) investidos, os parlamentares dispõem de R$ 5.2 bilhões de reais para destinarem para onde quiserem. Questionou como lidar com o avanço de um modelo de desenvolvimento cada vez mais degradador. Mencionou o Plano Nacional de Adaptação às mudanças climáticas, uma das políticas do Ministério do Meio Ambiente. Mencionou o Plano Setorial de Saúde, que busca prever e pensar estratégias de adaptação aos fenômenos climáticos com o foco na saúde da população. Frisou que há um agravamento do fenômeno das secas, pontuando que há o risco de um colapso hídrico em 2050. Informou que a cada 1 (um) hectare de recuperação nativa, 100 (cem) hectares estão sendo desmatados, pontuando que o processo de regeneração é mais lento que o de desmatamento. Defendeu a necessidade de haver o freio de modo radical das questões ambientais ou haverá muitas dificuldades futuramente. Em sequência, a **Sra. Neli de Almeida** (Ministério da Saúde) realizou uma apresentação de slides sobre a Política Nacional de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas. Dividiu a apresentação para falar tanto no encaminhamento da Política, quanto da temática em relação à população do Campo, Floresta e Águas de modo mais específico. Primeiramente, expôs sua alegria em estar participando do grupo da terra. Logo após, mencionou a Lei n° 10.216/2001 (Lei da Reforma Psiquiátrica), afirmando ser uma norma de referência sobre a proteção e os direitos das pessoas. Explicou que a partir dessa lei houve uma força institucional para haver o avanço da lei de cuidado da saúde mental. Defendeu que a Lei da Reforma Psiquiátrica é um patrimônio do movimento da luta antimanicomial, havendo a garantia dos direitos humanos na assistência em saúde mental. Afirmou, também, ser uma referência do trabalho hoje para a construção e apoio da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), mencionando que houve muita força de grupos sociais para revogar portarias antigas. Apresentou um gráfico refletindo o fechamento de leitos manicomiais ao longo do tempo, partindo de 2002 até 2023. Apontou que houve um aumento da criação de Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) ao longo dos anos. Fez uma relação entre o decréscimo de leitos psiquiátricos e o aumento de CAPS,

informando que hoje existem 2900 (dois mil e novecentos) desses centros. Informou que a maioria dos CAPS são de tipo 1, em sua maioria implantados nos municípios de pequeno porte. Frisou haver a necessidade de expansão dos CAPS de tipo 3, caracterizados como CAPS de 24 horas, os definindo como muito importantes por permitirem o acolhimento noturno de pacientes, impedindo o fechamento do CAPS durante a noite e o maior acesso da população a eles. Citou que existe uma concentração de CAPS na região litorânea. Entretanto, destacou que há vazios assistenciais no Centro-Oeste e no Norte. Assim, observou a necessidade de aumentar os serviços de CAPS para suprir vazios assistenciais. Informou os desafios do CAPS, como a questão da deficiência de serviços nas residências transitórias, lugares que acolhem pessoas que precisam de moradias transitórias. Pontuou que há um número reduzido desse serviço. Destacou que há mais unidades terapêuticas. Explicou que essa moradia transitória consiste em lugares disponíveis para pessoas que precisam de moradia de 6 (seis) a 9 (nove) meses. Apontou a necessidade de expansão da rede, assim como a recomposição do orçamento da Rede de Atenção Psicossocial. Falou sobre a necessidade de haver uma educação permanente para o cuidado em saúde mental por parte dos profissionais de saúde. Afirmou que a rede não tem tido uma formação baseada em direitos humanos, liberdade, respeito e garantia dos direitos humanos. Pontuou a necessidade de expansão dos pontos de atenção da RAPS. Disse que o governo passado destruiu a rede, de modo que há a luta para sua recomposição. Em relação à questão da saúde mental do povo do Campo, Floresta e Águas, apontou que já consta a assistência psicossocial na Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta (PNSIPCF). Destacou a necessidade de integração e interligação de vários serviços de saúde com o atendimento à estas populações como pontua o Sistema Único de Saúde (SUS). Frisou que os fenômenos climáticos também afetam a saúde mental da população. Afirmou que para enfrentar os desafios impostos é necessário a criação de estratégias, como chamar equipes para trabalharem conjuntamente. Afirmou haver a necessidade de uma luta antirracista para pensar uma política de saúde mental. Ademais, pontuou que as especificidades de gênero, raça e cor precisam ser levadas em consideração e que esses debates precisam avançar, com o intuito de garantir um acesso universal na assistência de saúde. Elencou algumas ações que foram e estão sendo feitas, como a finalização do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Afirmou que há prioridade em olhar a região Norte com vazios existenciais. Informou haver a construção de 8 (oito) CAPS no Pará. Informou também sobre o investimento de 38 (trinta e oito) milhões de reais para colocar em prática implementações destes serviços. Mencionou que há a proposta de criação de um CAPS fluvial. Por fim, enfatizou a necessidade do Grupo da Terra permanecer no diálogo para pensar a saúde mental de forma específica. O próximo a falar foi o **Sr. Eduardo Pereira** (Universidade Federal Fluminense - UFF). Defendeu a necessidade de se ampliar a visão de saúde mental. Para ele, é preciso transcender a visão reducionista da saúde mental como um problema individual e biológico, reconhecendo-a como um produto social influenciado por fatores como pertencimento social, democracia, cidadania, participação social, acesso à arte e cultura. Explicou

que é preciso ir além da medicação, investindo em serviços múltiplos que promovam o bem-estar mental e a qualidade de vida. Ponderou sobre a necessidade de se enfrentar o negacionismo científico e a desinformação. Opinou pela urgente abolição do agrotóxico, a fim de promover práticas agrícolas sustentáveis para proteger a saúde das pessoas e do planeta. Finalizou dizendo ser indispensável descontruir a tese do desequilíbrio neuroquímico como única causa dos transtornos mentais, reconhecendo a importância de fatores sociais, históricos e políticos. Em seguida, o **Sr. Paulo Amarante** (Laboratório de Estudos e Pesquisas em Saúde Mental e Atenção Psicossocial (LAPS) da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP), Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)) começou agradecendo o convite de participar da reunião e que sentiu honrado. Pontuou que atualmente tudo virou questão de transtorno mental e que não tem se falado sobre o emocional. Apontou que há uma tendência para uma "patologização" das emoções que acaba gerando em um processo de medicalização, algo que pode ser observado no mundo, onde há um crescimento de pessoas se medicando com remédios psiquiátricos. Pontuou que muitas pessoas hoje são dependentes químicos de medicamentos. Mencionou os antidepressivos como fármacos que podem gerar maior dependência de que outras drogas ilícitas. Caracterizou essa realidade como uma problemática e que hoje é necessário enfrentar o modelo de "patologização" da saúde mental que contribui para isso. Afirmou que é preciso romper com a visão de que problemas emocionais são problemas mentais. Defendeu ser necessário haver o resgate de saberes dos povos e tradições culturais alternativas para se lidar com as experiências humanas de forma diferentes, pois nem tudo é doença mental. Frisou que o termo saúde mental não abarca outros aspectos que devem ser levados em consideração, como as complexidades econômicas, sociais e culturais. Exemplificou que as opressões do trabalhador são fruto de uma violência do trabalho decorrente do capitalismo. Mencionou o fato de que muitos trabalhadores estão sendo diagnosticados com *burnout*, o que acaba colocando o problema no âmbito individual e não ao sistema de trabalho que oprime, havendo assim o esvaziamento da questão. Mencionou a Associação Ballet Manguinhos nas favelas do Rio de Janeiro como exemplo de experiência coletiva de auto-organização, possibilitando a diminuição de sofrimentos, dando bem-estar, possibilitando um sentimento de pertencimento coletivo e, consequentemente, diminuindo o consumo de medicamentos dos envolvidos no projeto. Afirmou haver a necessidade de se resgatar uma discussão sobre arte e cultura para responder problemas emocionais. Deu exemplo também do projeto Coral Cênico dos Cidadãos Cantantes como ação social transformadora na vida de indivíduos. Ainda sobre o projeto dos Cidadãos Cantantes, afirmou que essas pessoas não querem cantar apenas músicas tradicionais de coral, mas também querem aprender as músicas da ancestralidade brasileira. Observou que a musicalidade produz solidariedade. Reforçou a necessidade de buscar um caminho outro que não cause dependência em medicamentos. Afirmou que médicos sabem prescrever remédios, mas não "desprescrever", o que faz com que os pacientes sofram por não conseguirem largar medicamentos. Citou o exemplo de uma mulher que não conseguiu parar seus medicamentos e entrou na justiça para pedir eutanásia na

Holanda. Observou que pessoas no mundo todo estão tomando medicamentos psiquiátricos, mas não conseguem parar.

Com o fim da fala dos integrantes da mesa, deu abertura para os presentes realizassem suas falas para contribuírem com a discussão. A **Sra. Lucimar de Lourdes** (Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil - CONTRAF) compartilhou sua experiência pessoal em relação à saúde mental. Relatou que teve crises de ansiedade por ter esquecido de ter tomado suas medicações. Afirmou que tem crises de pânico. Revelou o seu desejo de parar de tomar medicamentos, mas não sabe como se livrar da medicação por se ver dependente deles. Falou que sua medicação veio por ter sido vítima de violência doméstica. Manifestou que a prática da meditação a ajuda a lidar com os problemas psicológicos. Informou que sua filha também toma medicamentos. Reclamou dos efeitos da dependência em remédios, além de relatar os efeitos adversos, como adormecimento de suas partes íntimas e falta de percepção do tempo. Elencou a quantidade de tempo para ter que se adaptar a uma medicação. Questionou como poder sair da dependência de medicamentos, pois não vê saída. Afirmou recorrer também a medicação natural. Apontou que algumas violências do campo afetam a saúde mental, principalmente no caso das mulheres. Indicou o documentário "Agricultoras Violentadas". Apontou também a dificuldade de cuidar de crianças sozinha e não ter ninguém para expor suas angústias. Em seguida, a Sra**. Marizelha Lopes** (Associação Nacional das Pescadoras - ANP) se direcionou ao **Sr. Alexandre Pires** e afirmou que não há mais tempo, pois se vive uma crise climática. Declarou que na região Nordeste as pessoas que mais sofrem com a seca são pretas e indígenas. Pontuou que as comunidades locais precisam viver sob a ameaça de grileiros, fazendeiros e empresários, destacando que há uma ganância e perversidade contra as Populações do Campo, Floresta e Águas, o que traz adoecimento. Alegou que está havendo o extermínio dessas populações, o que afeta diretamente a saúde mental. Elencou que falta de cuidado no CAPS para pessoas que estão em crise. Afirmou que o CAPS não tem sensibilidade para cuidar desses indivíduos em crise. Ressaltou a importância do trabalho de escuta realizado. Mencionou as torres de energia eólica como uma forma de poluição sonora, afetando a mente. Para resolver esse problema, relembrou a sugestão do Sr. Antônio Bispo dos Santos (Nêgo Bispo) no uso de placas solares na casa de pessoas mais pobres. Logo após, a **Sra. Judite da Rocha** (Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB) apontou que a conjuntura apontada pelo **Sr. Alexandre Pires** já havia sido discutida por seu movimento. Afirmou ser necessário parar com o discurso de que não é possível trabalhar com o governo por ele ser de coalizão, e sim que é importante dizer para o governo ter mais firmeza nas decisões. Asseverou que as populações e comunidades do campo sempre estiveram disponíveis para o diálogo com os fazendeiros, ao contrário deles. Questionou o porquê de se matar tantas pessoas que lutam pela natureza. Citou a questão energética, afirmando que não é a matriz que é o problema, mas sim o modelo. Alegou ser cara a questão da saúde mental, apontando a necessidade de se entender o porquê da população rural se suicidar. Afirmou possuir a sensação de que a Política está parada. Informou que estudantes da região em que mora, sobretudo,

adolescentes estão se mutilando, e que há tentativas de suicídio. Apontou que esses indivíduos são pouco atendidos pelo sistema de saúde. Afirmou haver a necessidade da criação de CAPS destinados a crianças e jovens. Atribuiu a causa de tentativa de suicídio de adolescentes a abusos sexuais que acabam sofrendo em casa. Questionou a ausência do Ministério da Educação na discussão, uma vez que eles também precisam estar preocupados com essas questões, pois afirmou que as violências também afetam o aprendizado. Pontuou que muitas mulheres fazem o uso de medicamentos pelos abusos e violências que sofrem. Reclamou da demora do atendimento de pessoas que são suicidas no sistema de saúde. Ponderou sobre o quanto o Governo Federal investiu em comunidades terapêuticas, mas diminuiu o investimento no CAPS. Afirmou que essas comunidades terapêuticas não contribuem com a questão da saúde mental, principalmente por haver, muitas vezes, um processo de evangelização nos pacientes desses espaços, uma vez que relacionam a questão da saúde mental com a religião, usando a justificativa que as pessoas precisam de Deus para se libertar. Refletiu ser necessário olhar para questões para além do álcool e das drogas. Em seguida, a **Sra. Diana Oliveira** (Confederação Nacional dos Trabalhadores Assalariados e Assalariadas Rurais - CONTAR) apontou que trabalhadores do campo que são afetados por agrotóxicos não aparecem nas pesquisas de saúde. Afirmou que muitos não conseguem voltar ao mercado de trabalho após intoxicação e que eles não conseguem se aposentar. Pontuou a necessidade de fortalecer as práticas de segurança e saúde do trabalhador. Logo após, a **Sra. Gabriela** (MS) informou que o Ministério da Saúde está coordenando um grupo de trabalho para fazer um plano de adaptação à crise climática. Sugeriu que na próxima reunião do Grupo da Terra deveria ter um momento de partilhar o que foi construído e acolher novas demandas trazidas pelos movimentos sociais. Informou que o Plano está em consulta pública online. A seguir, a **Sra. Camila Batista** (Conselho Pastoral dos Pescadores - CPP) focou na questão da saúde mental das mulheres do Campo, Floresta e Águas que enfrentam solidão, conflitos e outros problemas. Além disso, apontou que essas mulheres muitas vezes são as “cabeças” de suas famílias, havendo sobrecarga. Apontou a questão do racismo institucional nas instâncias de saúde e previdência. Afirmou que os problemas psicológicos são inviabilizados e difíceis de serem reconhecidos nessas instâncias. Mencionou uma “trama do capital” objetivando cansar as lideranças, que se enfraquecem por conta das perseguições sofridas. Pontuou que as discussões causam, muitas vezes, saturamento. Frisou que mulheres das comunidades vivem em situação de medo, intensificado pela fome e invasões. Afirmou haver uma necessidade de ter cuidado no tratamento e divulgação de informações em relação ao campo. Mencionou a necessidade de se pensar em vigilância ambiental, trabalho e saúde bucal. Pontuou que as mulheres precisam ter uma atenção específica, pois o seu labor é muito grande. Observou que as mulheres estão com um cansaço mental por estarem com medo de violências. Afirmou que essas violências viabilizaram a perda de sociabilidade em alguns territórios, como, por exemplo, os lugares de pesca. Logo depois, a **Sra. Camila Guedes** (Marcha das Margaridas) apontou que a saúde mental perpassa o corpo da mulher. Informou ainda que a questão é transversal aos eixos

postos pela Marcha. Expôs que recursos não estão chegando no Campo, nas Florestas e nas Águas. Salientou que os movimentos sociais também querem estar nesse local de discussão intersetorial sobre as políticas de cuidado. Propôs pensar em uma remuneração para mulheres que cuidam de seus filhos, idosos e quintais. Afirmou haver a falta do tema “meio ambiente" no Ministério do Desenvolvimento Social. Afirmou que a escola está adoecida, de modo que o CAPS e a orientação escolar não são suficientes para cuidar dos alunos que estão doentes. Apontou a necessidade de se observar as pautas de outros movimentos para dar um passo maior na busca de reivindicações. Afirmou que a questão do aborto precisa ser levada em consideração. Questionou como haver encaminhamentos práticos para as demandas levantadas. Com o fim da fala, a palavra retornou para a mesa. O **Sr. Alexandre Pires** relatou que visitou uma casa vizinha a uma torre de energia eólica e achou perturbador o fato que as pessoas não conseguem dormir nesses lugares. Informou que quem autoriza onde será os parques de energia são os estados, sem licenciamento ambiental e sem regulamentação. Salientou que não há regulamentação para essa questão porque o Congresso não vai tratar sobre isso no momento. Realizou uma série de questionamentos: onde está o lugar do poder dentro do Governo Federal que toma a decisão do que pode e o que não pode ser feito? Questionou também o que os próprios governos do campo progressistas estão fazendo sobre isso? Informou que está ocorrendo a perda das narrativas. Em relação à crise hídrica, apontou que se não tem água, não tem comida. Apontou que as pessoas ficarão dependentes de alimentos ultraprocessados que vão causar adoecimento cada vez maior. Após, a **Sra. Neli de Almeida** apontou que se tem hoje uma sociedade que precisa caminhar muito para a cidadania e os direitos humanos. Afirmou que vê o trato precário com as mulheres nos próprios serviços de saúde. Observou que se tem um quadro de desafios. Em relação à Rede de Atenção Psicossocial, apontou a necessidade de pensar em processos robustos de formação e qualificação dos trabalhadores de saúde. Reforçou a importância de pensar a questão de gênero e política ambiental para respeitar os territórios. Reforçou a necessidade de diálogos permanentes e contínuos no processo de formação da Política Nacional de Saúde Mental para o meio rural. Afirmou estar entendendo o momento como a reconstrução dos rumos a seguir, um meio para construir pontes e canais de comunicação para seguir adiante. Mencionou a possibilidade de diminuir o impacto sobre o tema de medicamentos, sem desconsiderar as críticas à indústria farmacêutica. Em sequência, o **Sr. Eduardo Pereira** observou a força das mulheres pelas falas que foram compartilhadas. Informou a necessidade de se pensar em um repositório de informações, dos êxitos e das críticas, havendo a transparência desses relatos. Salientou a importância do diálogo com a sociedade, para que haja a divulgação dessas informações. Sugeriu usar a potência do grupo para se pensar em agendas sobre saúde mental. Apontou a falta de conhecimento no Brasil sobre o CAPS e sobre a retirada de medicamentos. Afirmou a necessidade de se pensar uma política nacional de desmedicalização, para haver a implementação de formas e técnicas de retirada de medicamentos de maneira gradual. Defendeu que famílias precisam de escutas. Pontuou que o processo de desmedicalização não pode ser genérico e que se considere a singularidade de cada

caso dos pacientes para a desmedicalização segura e gradual. Nesse sentido, mencionou a necessidade de se pensar o que vai se colocar no lugar dos medicamentos para os pacientes, pensando assim em uma perspectiva ampliada de tratamento (artes, estratégias culturais, entre outros). Ressaltou que estar em lutas sociais é importante para a saúde mental, de forma a produzir potências, identidades e sentidos de vida. Enfatizou a necessidade de haver investimentos públicos e políticas públicas ampliadas para além dos medicamentos. Observou-se que todos os relatos dos presentes apontam conexões amplas da precarização social, opressões do trabalho e violências. Afirmou ser importante que o Grupo da Terra proponha soluções transversais para produção de saúde mental. Em seguida, o **Sr. Paulo Amarante** informou sobre a realização do Congresso Brasileiro de Saúde Mental em Belém neste ano. A partir das falas e da temática tratada, afirmou ter interesse em ouvir a representante do Ministério da Cultura. Observou a falta dos ministérios de cultura, educação, esporte e trabalho em mesas para discutir a saúde mental, as taxando como áreas extremamente importantes. Frisou a necessidade de pensar uma política de cultura, esportes, processos culturais e artísticos. Apontou a necessidade de se investigar o que está ocorrendo no campo em relação a crianças com mutilação, principalmente pelo fato de violências sexuais acontecerem, muitas vezes, dentro das famílias. Informou que há o alargamento de categorias de doenças mentais para que haja justamente a venda de consultas e medicamentos. Afirmou ser necessário haver a criação de um vocabulário para além da questão de transtorno mental. Pontuou haver muitas perversões sociais que afetam os indivíduos. Aconselhou que se evite comprimidos psiquiátricos para os problemas emocionais, para que se tente outras formas de tratamento, como o contato com práticas culturais. Mencionou os exemplos de experiências de arte e cultura que promovem transformações sociais significativas e afetam positivamente a mente. Logo após, houve a abertura novamente para que os demais presentes comentassem as falas dos participantes da mesa. A **Sra. Filomena Schlegel** (Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA) compartilhou que seu movimento fez um trabalho nas escolas em relação ao tema da saúde mental e afirmou que foi bastante estarrecedor a quantidade de relatos de violência doméstica. Observou que, muitas vezes, a escola é limitada para lidar com essas questões. Mencionou que camponeses possuem a missão de produzir a diversidade do alimento que vai à mesa, e que sobre as mulheres recai, em muitos territórios, a responsabilidade de “segurar a onda” para não cair nas imposições do agronegócio. Após, o **Sr. Marcos Antônio** (Rede Nacional de Médicos Populares - RNMP) perguntou à **Sra. Neli de Almeida** quais os municípios que serão abrangidos e a partir de quantos mil habitantes para implantação de CAPS? Respondendo à questão, a oradora informou que a partir de 15.000 (quinze mil) habitantes. Em seguida, a **Sra. Juliana Acosta** (MS) observou que alguns grupos populacionais não conseguem acessar o que o SUS oferece. Afirmou haver necessidade de pensar em modos de cuidado diferentes. Sugeriu que haja a criação de experiências pilotos nessas localidades. Enfatizou a necessidade de haver atividades intersetoriais com a cultura e outros ministérios. Ressaltou a possibilidade de iniciativas que produzam vidas e promovam saúde mental, cidadania e direito à vida. Apontou os potenciais das

periferias, campos, florestas, águas, entre outros, para produzir vida. Após, o Sr. **Antônio Lacerda** mencionou alguns aspectos: é preciso continuar a luta para ter uma legislação que proteja as populações e o orçamento público. Mencionou a necessidade de se ter leis mais fortes em relação à legislação ambiental e à terra. Afirmou ser preciso a limitação da propriedade do agronegócio. Em seguida, o Sr. Ednaldo Correia apontou ser fundamental não ver a saúde mental como responsabilidade do psicólogo e do psiquiatra apenas. Pontuou ser importante ver as experiências que cada movimento tem dos temas e como potencializar esses processos dentro de cada território. O **Sr. Israel** afirmou que o adoecimento das comunidades facilita com que elas sejam manipuladas. Afirmou ser necessário pensar em medidas de entretenimento e cultura, para que haja a manutenção do sentimento de pertencimento da população ao território. O **Sr. Jarbas Ribeiro** (MTC) afirmou ser necessário disputar o governo com a extrema direita. Destacou que os CAPS têm uma contradição: sendo um espaço alternativo para o cuidado da mente, ainda resume-se a lógica de diagnóstico e medicalização. Afirmou que outras medidas devem ser pensadas. Apontou a necessidade de trabalhar a formação de profissionais para cuidar dos pacientes para além da medicalização. Em sequência, o **Sr. Raimundo da Silva (**MPP) relatou que portos e aeroportos estão afetando a vida de camponeses. A **Sra. Célia Regina** (CONFREM) afirmou que as políticas de saúde precisam ser decoloniais para estar dentro dos territórios e “maretórios”. Denunciou que o avanço da grilagem está provocando a expulsão da população local em muitos territórios. Questionou qual é estratégia para fortalecer os 28 (vinte e oito) segmentos oficialmente reconhecidos no artigo 4º do Decreto n. 8.750/2016, que institui o Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais. Mencionou ainda a importância dos saberes ancestrais. Logo em seguida, o **Sr. Leandro Araújo** (RNMP) questionou como dar visibilidade para as equipes de saúde nos territórios. Apontou ser necessário educação permanente para as equipes de saúde trabalharem nos territórios. Frisou a necessidade de se pensar como a Atenção Primária à Saúde (APS) vai fortalecer o cuidado nesses locais de saúde. Mencionou a necessidade de se trabalhar o “desprescrever” de medicamentos dos pacientes. Mencionou a importância de se cuidar de quem cuida e trabalhar em conjunto com os territórios. Logo após, o **Sr. Valcler Fernandes** apontou que a acumulação do capital esgota os recursos que são finitos. Reiterou que é necessário rever a questão de como são feitos os diagnósticos de saúde mental. Em seguida, a **Sra. Missay Nobre** (MAB) ressaltou que as mudanças climáticas provocam o agravo de saúde em todos os aspectos. A **Sra. Denilva** fez um relato pessoal sobre sua saúde mental, afirmando que se encontrou com quadro de depressão e que lhe foram prescritos medicamentos psicoativos. Relatou que procurou meios alternativos para largar os medicamentos e que agora faz terapia, homeopatia e acupuntura, pontuando que se sente feliz por não ser mais dependente de remédios. Com o fim das falas dos presentes na reunião, os membros da mesa voltaram a falar. O **Sr. Alexandre Pires** agradeceu as falas dos presentes. Apontou que as grandes obras e empreendimentos que são realizados em diferentes territórios irão impactar a natureza e vão afetar a vida das populações locais. Informou a existência de um projeto de governança entre os ministérios que

trabalham com povos tradicionais para se pensar a questão ambiental e dos territórios. Após, a **Sra. Neli de Almeida** voltou a mencionar a questão da saúde mental nos pequenos municípios, afirmou ser importante qualificar a saúde mental na atenção primária, além de concordar com a questão da arte e da cultura na saúde mental. Pontuou ser importante pensar em centros de vivência comunitária e cultural nos municípios, e pensar em um CAPS que incorpore a ideia do direito à vida digna, desde que se discuta os modelos de formação. O **Sr. Eduardo Pereira** afirmou ser preciso criar no Grupo da Terra um espaço de escuta ativa relacionado às questões de saúde mental, de maneira a ser importante pensar em um formato para que esse espaço seja adotado. Apontou a importância de um registro de denúncias e se contar as potências dos territórios e suas riquezas culturais. Frisou a necessidade de se pensar estratégias para a escuta ativa. Finalizou agradecendo o convite para a reunião. Em seguida, o **Sr. Paulo Amarante** afirmou que muitas vezes há o apagamento do modo de lidar com as doenças dos povos originários e nativos de diferentes localidades, substituindo por lógicas ocidentais importadas. Questionou como reforçar as iniciativas locais de tradição e ancestralidade, de práticas sociais, culturais e esportivas. Informou que a retirada de medicamentos tem que ser feita cautelosamente e com o acompanhamento de um profissional. Com o fim das falas, a **Sra. Maria Izabel** fez agradecimentos aos presentes e os convidou para fazer um círculo, de forma que cantaram uma música da Marcha das Margaridas. Assim, houve o encerramento da parte da manhã da reunião.

AGENTES DE EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE (AgPopSUS)

Na parte da tarde, houve uma mesa com representantes da SAPS, da SGETS e da Fiocruz, que apresentaram a situação atual do programa. A **Sra**. **Lilian Silva** (MS) apontou as dificuldades enfrentadas no último governo em relação aos programas de saúde, apresentou as metas do AgPopSUS, como a formação de 50.000 (cinquenta mil) agentes até 2027. Apontou que dentro da SAPS quem participou do processo seletivo foram todos os movimentos sociais, e a intenção é promover as práticas de saberes populares dos territórios. Informou que o edital e o projeto têm duração de dois anos, ou seja, 24 (vinte e quatro) meses, contando com o total de 150 (cento e cinquenta) turmas formadas ao longo desse período, cada turma com duração de 3 meses. Apontou a estimativa da formação de 3.000 (três mil) agentes, além de 150 (cento e cinquenta) educadores. Apontou que serão 2 (dois) educadores para turmas entre 15 e 30 estudantes. Informou o perfil dos movimentos que se inscreveram no edital, de modo que houve o total de 54 (cinquenta e quatro) movimentos inscritos, sendo que 53 (cinquenta e três) foram aprovados e aptos a desenvolver turmas. Pontuou que os movimentos nacionais são importantes, mas os movimentos locais precisam ser visualizados e se atentar para o que eles têm produzido em relação à saúde. Informou que 933 (novecentos e trinta e três) turmas foram formadas e que cada movimento contemplado vai ter turmas. Apresentou os critérios de definição das turmas: 60% (sessenta por cento) das vagas são para

movimentos populares nacionais e 40% (quarenta por cento) para os movimentos locais; 90% (noventa por cento) destinados ao Campo, Floresta e Águas. Apontou que a quantidade de turmas leva em consideração o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); mostrou os movimentos que foram selecionados e agradeceu sua participação. Após, a **Sra. Laila Costa** (MS) trouxe outras informações sobre o programa e especificidades sobre o edital. Em seguida, deu-se abertura para os demais participantes fizessem perguntas e comentários em relação ao que foi apresentado. A **Sra. Salete Barbosa** (MPA) perguntou se a seleção dos movimentos seria feita pelo ministério, questionando o porquê de terem que indicar as turmas e os educadores? O **Sr. Ednaldo Correia** (Movimento Sem Terra - MST) fez uma série de perguntas: será um educador para cada turma? Como saber qual turma vai ser selecionada? Como saber quais foram as turmas acionadas? As lideranças da organização vão acompanhar os processos internos informativos? Os movimentos vão participar da CPP? A **Sra. Elionice** (ANP) apontou que o MPP não foi negado e que fizeram um recurso, apontando que não obtiveram resposta. Ressaltou querer saber o mecanismo de seleção dos movimentos. O **Sr. Jarbas Ribeiro** (MTC) questionou qual seria o processo de escolha das CPPs (Comissão Político Pedagógica) estaduais. Afirmou haver ataques da extrema direita contra os valores para financiar o programa. Pontuou ser necessário pedir para o ministério buscar mais investimento para o programa. A palavra retornou para a mesa, para responderem os questionamentos feitos. A **Sra**. **Lilian Silva** apontou que, por conta das peculiaridades de cada região, haverá conteúdos específicos para cada região, assim como comuns a todos. Afirmou que não entraram em contato com nenhum movimento social, de modo que, inicialmente, os movimentos se organizaram por si mesmos. Apontou que haverá oficinas com os movimentos, que ocorrerão nos dias 13 e 14 de agosto. Alegou que ainda irão definir como as CPPs serão divididas. A **Sra. Laila Costa** apontou que pensaram em abrir um edital que consiga abrir 400 turmas e montar um cadastro reserva. Informou que a preocupação inicial é de saber as demandas urgentes dos movimentos sociais. Respondeu que as turmas terão dois educadores, que terão de trabalhar em dupla e em duas turmas. Apontou que em alguns lugares o número de educadores foi ímpar, de modo que só haverá um educador nessas turmas. Ressaltou que quem irá optar por quais turmas serão priorizadas é o próprio movimento social. Frisou que até o dia nove de julho os movimentos precisam dizer quais turmas serão selecionadas. Apontou que todos os movimentos participarão das CPPs estaduais, mas as nacionais serão compostas apenas para os movimentos que se inscreveram como movimentos nacionais, afirmando não ser possível fugir da regra do que foi inscrito. Reiterou que todos os movimentos sociais inscritos como nacionais, serão convocados para a CPP nacional. Disponibilizou-se para ajudar aqueles que não se inscreveram como nacional. Pontuou que para participar das CPPs estaduais não é preciso ter característica de movimento nacional. Apontou que todos os movimentos que foram homologados e que têm nota acima de 7 (sete) serão contemplados. Frisou que os educadores que não conseguiram enviar documentação não estarão aptos, sendo necessário um remanejamento de educadores aptos dentro do próprio movimento.

Em seguida, a **Sra. Missay Nobre** questionou se os educadores podem acompanhar a CPP e se haverá bolsas para a CPP. A **Sra. Laila Costa** respondeu que quem irá acompanhar a CPP serão os educadores, além de informar que terão encontros regulares. Logo após, a **Sra. Adrielly Regis do Nascimento** (Movimento pela Soberania Popular na Mineração - MAM) questionou como será a dinâmica de renovação das turmas, apontando que no edital está programado que ela ocorra de 6 (seis) em 6 (seis) meses? Ademais, indagou como será a participação da Fiocruz nos estados, se será na esfera federal ou estadual da instituição? Assim, a **Sra. Laila Costa** respondeu que nesse edital precisavam fazer 400 turmas em 6 (seis) meses e que estavam pensando em executar mais turmas no futuro. Assim, houve a finalização da sessão e se realizou um intervalo. Logo após, todos retornaram para a sala para prepararem os encaminhamentos para a próxima reunião do Grupo da Terra.

ENCERRAMENTO

A **Sra. Juliana Acosta** foi a responsável por realizar as anotações das sugestões dos membros do grupo para o que ser feito até a próxima reunião. Entre as propostas encaminhadas, apontou-se: necessidade da SAPS alinhar a proposta apresentada com as demandas apresentadas pelos movimentos sociais; ampliar 8 (oito) mil equipes com cobertura de 100% (cem por cento) nos municípios; critério de territorialidade do saneamento rural; composição de 1000 (mil) pessoas por equipes de saúde em áreas remotas; realização de seminário por parte do Ministério da Saúde para abordar vários temas como questão da estrutura; realizar em até 2 (dois) meses outra oficina do Ministério da Saúde, principalmente a SAPS; chamar, também, a atenção especializada (saúde mental, urgência e emergência, câncer, regulação) para esses debates; garantir o acesso não precisa só da primária, mas também da especializada integrada com a saúde digital; levar tecnologias para os diferentes territórios; realização de um seminário para aprofundar esses temas, havendo a necessidade do grupo da terra participar desse movimento; acompanhar de perto o desenrolar da Política; discutir o acompanhamento da saúde primária e mental; acompanhamento do Grupo da Terra das implementações dos diferentes programas apresentados; haver o monitoramento das ações, acompanhada pela institucionalização de metas e indicador; ficar atentos aos prazos apresentados; pensar em formas de monitorar no intervalo de meses entre uma reunião e outra; ter um projeto/programa piloto que estipule metas e prazos; sistematizar o histórico do programa terra a partir da escrita, material visual, documentários, livros e outras mídias; pensar como a Fiocruz pode colaborar com o Grupo da Terra; o Grupo ajudar a escrever os materiais de sintetização, resgate e armazenamento da memória; olhar para o conjunto dos Ministérios e mapear se eles possuem ações em relação as demandas do Grupo da Terra, que também precisam ser monitoradas; construir um espaço de repositório; dialogar com o Plano Nacional de Povos e Comunidades tradicionais. Realizar uma reunião virtual para alinhamento antes de novembro; criar uma comissão organizadora para organizar uma conferência; priorizar, no

credenciamento de equipes multidisciplinares nos territórios do Campo, Floresta e Águas; inserção de psicólogo e assistente social na atenção primária; participar de um seminário sobre saúde mental; pensar em estratégias para dar visibilidade ao debate do impacto da questão climática dos povos das águas; construir seminários para potencializar debates quando houver a realização da COP, de modo a realizarem uma reunião/conferência paralela em Belém/PA do Grupo da Terra; trazer debate e informação em relação ao adoecimento mental no modelo de formação da AgPopSUS; chamar outros ministérios e instituições governamentais para formar um comitê e pensar a institucionalização de programas. Houve, também, o levantamento de temas para serem explorados na próxima reunião do Grupo da Terra: eixo 2 da Política; contaminação das águas; acidente de trabalho e violência nas comunidades.

SÍNTESE DOS PRINCIPAIS ENCAMINHAMENTOS

1. **Atenção Primária à Saúde e ampliação do acesso:**
    a. A Secretaria de Atenção Primária à Saúde - SAPS vai qualificar a proposta apresentada, levando em consideração a sugestão de 1.000 pessoas por equipe nas áreas remotas e municípios rurais remotos. Inclusão das Resex na indução do financiamento.
    b. MS vai fazer um seminário para aprofundar debate sobre estrutura, equipe, financiamento, acesso em até 2 meses. Há possibilidade de participação de 3 pessoas dos movimentos.
2. **Sistematizar e elaborar material de comunicação de memória do grupo da terra, e da Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, Floresta e Águas - PNSIPCFA;**
    a. A partir do material do Departamento de monitoramento e avaliação - DEMAS elaborar um panfleto e materiais de comunicação (livro, panfleto, documentário, calendário)
    b. Fiocruz vai avaliar com Canal Saúde ou outras estratégias para propor alguma ação para documentação
3. **Monitoramento e avaliação da PNSIPCFA**
    a. Departamento de monitoramento e avaliação - DEMAS apresentará em uma reunião virtual com movimentos
    b. Elaborar proposta de monitoramento das ações - metas e prazos: plano operativo 2025 - 2027
    c. Estabelecer proposta de caravanas ou Oficinas nas regiões para articularmos a implementação da política com estados e municípios
    d. Elaborar panorama de implementação da Política, ações do MS e nos estados e municípios.
    e. Movimentos indicarem uma proposta de acompanhamento das pautas. (3 Pontos Focais por eixo: monitoramento, saneamento, acesso).
    f. Instituir Grupo de Trabalho para elaborar proposta do novo plano operativo e revisão da política.
    g. A partir da oficina do GT de campo, floresta e águas da Fiocruz (17/07) e reunião de alinhamento com secretarias do MS (24/07), a Fiocruz irá elaborar plano de trabalho sistêmico com ações para a PNSIPCFA.
4. **Seminário nacional sobre a PNSIPCFA**

   a. Realizar até abril de 2024, envolver mais pessoas, possibilidade de fazer junto à mostra nacional de atenção primária;
   b. Na próxima reunião tirar uma comissão para organização do seminário e proposta de caravanas para;
5. **Conferência livre de gestão do trabalho e educação na saúde do campo, floresta e águas**
   a. SGTES manda um passo a passo
   b. Comissão organizadora: Lacerda, Junior, Leandro, Judite e Camila (Movimentos do Grupo da Terra), Alex, Irânia (MS), Ricardo (Rede Unida)
   c. Formato: Virtual (Até o final de agosto)
6. **Saúde mental:**
   a. priorizar os territórios do CFA no credenciamento das e-multi com inserção de profissionais psicólogo e assistente social.
   b. dar continuidade nos debates internamente no MS em diálogo com grupo da terra para uma saúde mental que dialogue com as realidades e demandas desses territórios e suas populações
   c. impacto das mudanças climáticas nas populações das águas - seminários preparatórios para a COP
   d. demandada a realização de uma reunião ampliada do grupo da terra paralela à COP
7. **Programa Nacional de Saneamento Rural - PNSR**
   a. MS Criar um comitê para estabelecer institucionalização e governança do PNSR (MS, FUNASA, Ministério das Cidades, MDA, MPA, Fiocruz, representação do Grupo da Terra).
   b. Nos seus processos de diálogos com o governo, os movimentos pautarem a retomada do PNSR
8. **Monitoramento de exposição à contaminantes na Ilha de Maré**
   a. Movimentos do Grupo da Terra encaminharão formalmente o pedido de apoio ao projeto de pesquisa de monitoramento
   b. Cobrar retorno do pedido entregue à Ministra
9. **Reforçar o convite a articulação com os outros Ministérios, CONAS E CONASEMS para o Grupo da Terra**
   a. Grupo da Terra fazer uma convocatória para o Conass e Conasems
10. **Próxima reunião:**
   a. primeira quinzena de novembro (2 a 6 tem congresso de Políticas Públicas da Abrasco em Fortaleza, 18 e 19 de tem reunião do G20)
   b. Priorizar fazer na Contag
   c. Temas
      i. eixo 2 da política: vigilância (contaminação de águas, mudanças climáticas, saúde do trabalhador - CAT -CEREST - convidar a previdência, vacinação, acesso à soro antiofídico/picada de animal peçonhento, plano de biomonitoramento)
      ii. proposta de monitoramento e avaliação/plano operativo
      iii. seminário/encontro nacional de saúde do campo, floresta e águas.



Assessoria Especial de Saúde em Territórios de Periferias
Gabinete da Ministra da Saúde
Assessor Especial: Valcler Rangel
Assessora Técnica: Juliana Acosta